

ESTAÇÃO DE PESQUISA URBANA M'BOI

SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO

WORKING PAPERS, Nº 06, MARÇO/2015

VULNERABILIDADE INSTITUCIONAL E A FALTA DE CONECTIVIDADE EM M'BOI MIRIM

Peter Spink

Roberth M. Tavanti

Tiago Corbisier Matheus

Programa de Vulnerabilidades Urbanas e Ação Pública
Centro de Estudos em Administração Pública e Governo
Escola de Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getulio Vargas



*CEAPG
Centro de Estudos
em Administração
Pública e Governo*

Vulnerabilidade Institucional e a falta de conectividade em M'Boi Mirim

Contribuições iniciais para as discussões sobre a melhoria dos serviços no Jardim Ângela e Jardim São Luís e sobre políticas públicas mais adequadas para a juventude da região

Peter Spink

Roberth M. Tavanti

Tiago Corbisier Matheus

Programa de Vulnerabilidades Urbanas e Ação Pública

Centro de Estudos em Administração Pública e Governo

Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Março 2015

O contexto geral

No caso dos distritos de M'Boi Mirim é importante não cair na armadilha de individualizar e personalizar as vulnerabilidades locais. Sim, sabe-se pelos indicadores e pelos relatos da vida diária que o grau de vulnerabilidade social é significativo e há muita a ser feito. Há uma parte importante desta população inscrita em programas sociais na região da Subprefeitura de M'Boi Mirim, sendo que 20% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo. Sabe-se também pela vida diária (mais do que as poucas estatísticas) das vulnerabilidades materiais: habitações precárias, infraestrutura urbana e saneamento básico com inúmeros problemas e muitas áreas de risco de escorregamentos e inundações. Enfrentar a vulnerabilidade social e material é sempre complicado, mesmo quando há esforços institucionais articulados e empenhados tanto para a garantia dos investimentos, quanto no apoio às pessoas que enfrentam essas condições. Torna-se desesperador quando tais esforços não se efetivam no cotidiano. Ainda mais quando se verifica a fragilidade e em certos casos uma ausência da institucionalidade pública necessária para sustentar os alicerces da dignidade e da segurança humana.

Seria injusto dizer que não há esforços e investimentos em prol das melhorias sociais e materiais, mas, por outro lado, é justo argumentar que os esforços institucionais básicos estão longe de serem adequados. Um exemplo simples: a legislação que estabeleceu as

subprefeituras (Lei 13.399 de 1º de agosto de 2002) indica que a primeira entre as diversas atribuições das subprefeituras na cidade de São Paulo, *respeitados os limites de seu território administrativo e as atribuições dos órgãos do nível central*, é constituir-se em instância regional de administração direta com âmbito **intersetorial** e **territorial**. Fica óbvia a implicação disso: se não é de interesse dos órgãos do nível central, não haverá instância regional com âmbito intersetorial e territorial. Esta é a situação que caracterizou e continua caracterizando o PMSP desde que o tema foi apresentado na gestão da Prefeita Luiza Erundina de Sousa e transformou-se Lei na gestão da Prefeita Marta Suplicy.

Tal como em outras partes do município, as diferentes Secretarias do PMSP nunca chegaram a concretizar a proposta de coordenação territorial presente na legislação das Subprefeituras. O resultado é uma precária e, em muitos casos, desconectada malha institucional, desprovida de qualquer articulação e conectividade territorial efetiva. Como consequência disso, o que se verifica é uma resolutividade muito baixa. Em conjunto, as Subprefeituras concentram apenas 2% do orçamento municipal, e para pior, é quase nulo seu poder de alavancagem ou influência sobre os orçamentos vultosos das secretarias setoriais. Um comentário frequente nos Fóruns e discussões na região é das fragilidades e dificuldades em qualquer tipo de relação intersetorial.

Mesmo assim, continua constando no portal da PMSP a seguinte introdução ao trabalho das subprefeituras: *“Poucas pessoas sabem, mas São Paulo possui 32 pequenos “municípios” distribuídos pela cidade. Desde 2002, com a aprovação da Lei 13.399, a maioria dos equipamentos públicos, como clubes da comunidade (antigos CDMs) e clubes da cidade foram transferidos para as subprefeituras. Essas subprefeituras têm o papel de receber pedidos e reclamações da população, solucionar os problemas apontados; preocupam-se com a educação, saúde e cultura de cada região, tentando sempre promover atividades para a população. Além disso, elas cuidam da manutenção do sistema viário, da rede de drenagem, limpeza urbana, vigilância sanitária e epidemiológica, entre outros papéis que transformam, a cada dia, estas regiões da cidade em locais mais humanizados e cheios de vida”*.

O pequeno “município” de dois distritos que juntos compõem M’ Boi Mirim, se fosse de fato um “pequeno” município, seria entre os mais importantes municípios do Estado de São Paulo (similar a Sorocaba com 580.000 habitantes); e a região da Guarapiranga – de Santo Amaro até Parelheiros pelos dois lados, seria uma dos principais regiões metropolitanas do país. Somados, as subprefeituras das bordas da represa tem uma população maior do que a Região

Metropolitana da Baixada Santista. A população do Jardim São Luís é 267. 871 e do Jardim Ângela 295.434. Juntos totalizam 564.305 pessoas. A população do município de Itapecerica da Serra é 152.614, de Embu das Artes 240.230 e Taboão da Serra 244.528. Por serem municípios, todos eles contam com o pacote de infraestrutura institucional previsto na constituição de 1988 e os diversos mecanismos de governança democrática e intersetorial também previstos nas legislações subsequentes.

Em 2013, quando o CEAPG retornou à região, uma das primeiras atividades era de aprofundar as informações coletadas anteriormente em um trabalho sobre o impacto dos recursos Federais para regiões de mananciais. Naquele momento, não havia nenhum mecanismo de agregação de informações de base territorial e era necessário buscar em cada secretaria municipal a distribuição dos serviços – quando disponibilizado – localizando cada um num mapa confeccionado manualmente. Felizmente, o próprio município começa a se dar conta da importância de informações territoriais (pelo menos para o cidadão) e recentemente introduziu na primeira página de seu portal um “Mapa de Serviços”. O mapa – com as informações do próprio município – confirma as conclusões retiradas das informações anteriores. Ao mostrar os recursos disponíveis e onde se encontram, evidenciam-se as fragilidades da cobertura institucional de um lado e, de outro, fica claro as ausências e as implicações para a conectividade territorial daquilo que está presente. Há, simplificando, três eixos que precisam ser aprofundados: a) a falta de equidade na distribuição dos serviços existentes, b) a falta de conectividade entre os serviços da própria PMSP; e, c) a falta de efetiva relação federativa entre União, estado e município.

Com duas exceções (as unidades básicas de saúde e os serviços conveniados à Assistência Social), a localização geográfica dos serviços públicos apresenta, em termos territoriais, apresenta uma distribuição problemática. Há uma presença relativamente densa de serviços em partes do Jardim São Luís, especialmente, acerca das principais linhas de acesso e na parte da região mais consolidada historicamente. Há uma presença razoável na parte norte do Jardim Ângela que vai diminuindo até uma linha horizontal mais ou menos na altura entre o Parque Ecológico de Guarapiranga na Riviera e a área comercial da Menininha pouco depois do Hospital de M' Boi Mirim. Deste ponto para o limite sul da Subprefeitura e da própria PMSP ainda faltará oito quilômetros de estrada e a presença e distribuição dos serviços públicos fica cada vez menor e, em certos casos, torna-se ausente.

É nessa terceira região que o crescimento habitacional precário é constante e onde os conflitos entre nascentes de água e políticas públicas contraditórias de ocupação de solo

favorecem o mais forte (econômica e politicamente). Mas também é uma região de pessoas corajosas, que não somente urbanizaram seus lotes como também criaram os movimentos sociais e as pressões para melhoria dos serviços nesse imenso território. Com nomes de bairros importantes na história da região (Jardim Capela, Vera Cruz, Aracati, Parque do Lago) o pequeno comércio é mesmo pequeno, e casas simples e bonitas compartilham espaço com outras áreas mais precárias. Há situações de alto risco de deslizamentos e/ou inundações. Os ônibus somente chegam aos pontos principais mas depois é preciso andar a pé.

As duas exceções anteriormente mencionadas são importantes pelas lições que podem nos trazer, mas elas também sofrem consequências em virtude da fragilidade institucional. A saúde tem como princípio a unidade básica de proximidade territorial e acesso livre. Ela é fruto da militância das associações e movimentos de base que assim como as unidades básicas estão fundamentadas numa lógica territorial. A pressão para a construção de “novos postos” é constante. Falta ainda uma conectividade básica dentro da própria área da saúde e há constantes preocupações sobre a qualidade e a falta de sofisticação dos serviços, mas pelo menos a distribuição territorial pode ser considerada consistente e há, mesmo precários, mecanismos de participação presentes. Conforme será discutido mais a frente, em relação à segunda exceção, os serviços de assistência na região são em sua totalidade produtos dos processos de mobilização comunitária e em grande parte de base de fé, ou de fortes valores humanos. Podemos dizer que são organizações distintas, com histórias próprias, mas o que têm em comum é a solidariedade humana e, em geral, estão próximas as áreas que demonstram vulnerabilidade material e social.

A invisibilidade regional – uma reclamação constante que permeia os comentários em fóruns e assembleias – refere-se a diferença entre a “zona sul” do imaginário paulistano circunscrito, quando muito, a Ibirapuera, Vila Mariana, Saúde, Moema, Campo Belo e o aeroporto de Congonhas e a “zona sul” que identificamos na região de M’Boi Mirim e adjacentes. Até pouco tempo atrás os principais rádios da capital não incluíram as condições de trânsito nas grandes vias das Estradas e Avenidas em M’ Boi Mirim e Campo Limpo. As principais coordenadorias de serviços públicos continuam localizadas nos limites nortes da região, ou em outras partes da cidade, e por muito pouco, a própria subprefeitura, dezesseis quilômetros distantes do limite sul da região, não está fisicamente localizada no distrito de Socorro. Em termos da topografia, a região é uma área escondida, pois se localiza atrás das colinas arborizadas de quem olha do outro lado da represa de Guarapiranga ou depois das

pontes para quem transita entre os Shoppings da Av. Nações Unidas. Mesmo dentro da região de M' Boi Mirim há pequenas cidades inteiras escondidas atrás dos muros de quem transita pela Estrada de M' Boi Mirim.

Mas a questão institucional não é somente municipal. Independentemente de sua reconhecida preocupação com a defesa dos direitos, o Ministério Público Estadual, com sede no centro da cidade, resiste às iniciativas de criar uma capilaridade maior. O Poupatempo mais próximo encontra-se em Santo Amaro junto com o principal parque universitário. O posto do Corpo de Bombeiros mais próximo encontra-se na Av. Atlântica do outro lado da represa. Os dados da Segurança Pública estão organizados a partir dos distritos policiais cujos limites são diferentes dos distritos municipais, como também, a Zona Eleitoral reflete sua localização inicial na área conhecida como Piraporinha em Jardim São Luís. Na área da Educação, o ensino médio – crucial para a juventude – é totalmente estadual (com somente seis escolas particulares); o ensino fundamental está dividido entre estado e município e a educação infantil (incluindo as antigas creches) é uma mescla de equipamentos municipais, conveniados e particulares. Profissionais dos serviços assistenciais na região comentam com frequência sobre os problemas associados aos procedimentos para conseguir vagas neste campo muito confuso.

Com a exceção do registro eleitoral, é frequente ouvir que para fazer qualquer coisa mais complicada (incluindo casar no civil) é necessário sair da região. Há uma única agência da SABESP na parte central do Jardim Ângela, mas a relação desta agência estadual com a região é bastante complicada, isso porque até hoje a empresa despeja o esgoto não tratado na represa Guarapiranga. Os poucos bancos estão localizados nos três ou quatro principais pontos comerciais, e logo pela manhã, as filas começam a formar também nas Casas Lotéricas. Mais cedo ainda, a partir das cinco horas, a população trabalhadora de M' Boi Mirim se prontifica a arrumar a casa, organizar as crianças e pegar a estrada; afinal as principais oportunidades de trabalho também estão do outro lado das pontes.

A razão destes comentários contextuais é de deixar muito clara a complexidade das circunstâncias presentes e anotar que elas têm uma importância significativa para as políticas públicas e ações direcionadas às juventudes da região, incluindo aqui os temas associados à segurança cidadã.

Juventudes – uma noção recente

O cotidiano para questões das “juventudes”, independente do lugar, aparece, por vezes, invisibilizado institucionalmente. Isso porque a noção coerente em termos biológico psicológico, social e econômico da juventude como referência ao período entre 15 a 29 anos, é em grande parte ignorada pelas maneiras em que os demais setores do Estado “olham” para os/as jovens. *(O mesmo fenômeno acontece com as pessoas mais idosas, mas pelo menos aqui há uma desculpa: as pessoas que formulam as políticas e ações para os idosos em geral nunca foram idosas)*. Para a Segurança Pública; para a Educação; para o Ministério Público; para a Assistência Social; para a Saúde e para a Habitação – entre outras – as “idades” chaves estão articuladas e definidas de maneira diferentes e, às vezes, chegam a ser contraditórias. Dada que estas são organizações fortes e setoriais, com suas próprias agendas e orçamentos, torna-se muito difícil introduzir uma ideia reorganizadora para outra maneira de pensar e operar sobre tal “período” da vida dos cidadãos. Talvez, é somente na área da cultura (não estatal) onde há uma compreensão deste complexo “período” das nossas vidas e que, em M’ Boi Mirim, representa mais uma cidade dentro da cidade: os estimados 150.000 jovens entre 15 – 29 anos (base IBGE 2010).

M’ Boi Mirim é uma região jovem e muitos de seus jovens estão em situações de vulnerabilidade. No documento de avaliação técnica, dos vazios socioassistenciais, produzido pela coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais da SMADS da PMSP, em junho 2013, consta que nessa região a porcentagem de crianças, adolescentes e jovens é significativamente maior do que a média do município, como é também a porcentagem da população residente em setores censitários classificados como alta e muito alta vulnerabilidade (36,5% da população dos dois distritos da subprefeitura, subindo para 52,5% da população do Jardim Ângela).

Por outro lado, é importante registrar que a taxa de adolescentes em medidas socioeducativas (MSE) não é muito diferente do restante do município, que o atendimento potencial da cobertura de MSE é razoável (73%) e que a região se destaca positivamente em termos do sucesso no cumprimento integral (61% versus 38% em média no município). Em relação às ações cotidianas, as informações sugerem que os profissionais, amigos, familiares, serviços, organizações de bairro e de fé da região estão ativamente engajados na renegociação por cotidianos mais solidários com os jovens, investindo, desse modo, nas possibilidades de futuro. Mas ainda, grande parte cresceu na região, e está na região para ficar.

Até pouco tempo atrás, as redes de interação construída ao longo do tempo garantiram um grau mínimo de institucionalidade e resolutividade no campo social, reconhecido no relatório da SMADS de 2013 como sendo a mais equipada da região Sul 2. São vinte e três sociedades e associações das quais 11 são responsáveis por 78% dos convênios e quase todas com mais de 20 anos de atividade. Calcula-se que mesmo assim, com uma rede existente fruto de mobilização social e das ações dos movimentos sociais e associações de bairro, o número de vagas continua incipiente. Considerando somente os jovens cadastrados no Cad.Único será necessário sete vezes mais vagas nos Centros para Criança e Adolescentes e duas vezes mais vagas nos Centros para Juventude.

Se a discussão sobre uma parcela dos jovens passa pelas possibilidades oferecidas pela PMSP, incluindo aqui os poucos CEUs na região, outra parcela depende exclusivamente da competência Estadual. Por exemplo, e conforme apontado, sem considerar as seis escolas particulares, a totalidade do ensino médio está sob a responsabilidade do governo do estado de São Paulo, e a qualidade desta experiência é um outro tema constante nos fóruns da região. Falta ainda um debate maior sobre acesso ao ensino profissionalizante e superior, como também sobre a própria estrutura de emprego da região. Em ambos os casos, são questões que envolvem igualmente os três atores federativos.

Cultura é, sem dúvida, uma área de ação pública – entendendo isso não somente como a ação do estado, mas do próprio público para o público – que vem sendo valorizada na região. Se durante um bom tempo foram as ações do próprio público que sustentaram a vitalidade cultural local, atualmente pode ser encontradas claras iniciativas do PMSP e do Governo Estadual, porém ainda são incipientes. Retorna-se aqui à temática constante destas observações: porque a cultura enfrenta os efeitos colaterais produzidos pelas fragilidades institucionais e a precariedade da conectividade em outras áreas.

Conectividade e segurança humana

Construir a noção de direitos foi uma das mais importantes invenções sociais da humanidade durante os séculos XIX e XX. Ampliar e aprofundar a noção de direitos coletivos ou difusos poderia ter as mesmas consequências para o século XXI. Entre esses é a noção de sentir-se seguro: de sentir-se seguro em relação ao exercício da cidadania; de sentir-se seguro em relação às instituições; de sentir-se seguro em relação aos aspectos sociais e materiais

envolvidos no horizonte e nos eventos do cotidiano. O oposto disso é a insegurança; de uma multiplicidade de vulnerabilidades.

Conectividade não se organiza como “redes sociais” e muito menos como “*face book*”. Estes e outros meios são apoios à conectividade, mas a conectividade é mais substantiva e menos intangível. Refere-se às relações duradouras que ampliam as possibilidades de ação. Ao conectar uma casa à rede de água, de esgoto, ou a rede de eletricidade, ao trazer alguém novo dentro de um círculo de amigos, ao ajudar trabalhadores públicos de áreas diferentes a discutir problemas comuns, junta-se partes e ampliam-se horizontes e coletividades. Conectar – juntar A com B – não somente alonga as possibilidades de ação, esticando redes para lugares novos, mas também, adensa as possibilidades existentes. Neste sentido, conectividade é uma característica fundamental de qualquer comunidade e um aspecto importante da sua capacidade de responder e resistir.

Na área pública, a preocupação com conectividade emerge ao olhar a maneira em que os diferentes serviços chegam no dia a dia do cotidiano de cada um. No olhar do gestor ou executivo (presidente, governador ou prefeito), os diferentes serviços são como os diferentes componentes de um leque, cada um indo em direção à sociedade em eixos e ângulos diferentes. Sua preocupação é com a intersecção dessas atividades e sua coerência enquanto plataforma ou agenda da ação governamental; com as diferentes ações enquanto pacotes de recursos, investimentos e orientações.

No olhar do cidadão no seu cotidiano, a situação é inversa. Sua (nossa) realidade social e material é composta por questões, problemas, demandas e direitos diferentes; e de uma pessoa para a outra são constituídas de forma distinta. Uma mãe solteira com criança pequena que precisa trabalhar; uma pessoa idosa com dificuldade de locomoção; uma jovem buscando uma biblioteca para ler livros que a escola não tem, ou buscando emprego; outro buscando ações culturais e/ou esportivas. Seu dia a dia em relação à ação estatal é feita de diferentes pedaços e, por vezes, pedaços de diferentes assuntos. Estes, por sua vez, são tratados por diferentes pedaços das diferentes organizações que sentam semanalmente na reunião geral do gestor ou executivo com quem iniciamos. No olhar do gestor, a preocupação é com a implementação das ações e serviços. No olhar do cidadão, seus familiares, amigos e vizinhos, a preocupação é outra, volta-se para as questões de localização e acesso; com a pergunta “onde tenho que ir e o que tenho de fazer para resolver XYZ”.

Se há um grau razoável de sintonia entre os dois olhares (dos gestores e dos cidadãos) ao ponto que os formuladores de ações e implementadores de serviços de fato levam em conta o dia a dia das pessoas, para as quais as ações e serviços estão orientados, e se os que buscam atendimento têm caminhos abertos para discutir a evolução de demandas e a qualidade dos serviços, o resultado será um impacto positivo na segurança humana. No caso contrário, quando há falta de sintonia entre os dois olhares e onde a organização do primeiro e suas orientações operacionais não levam em consideração o olhar do dia a dia, a partir do cotidiano das pessoas; a consequência será o aumento, e não a diminuição das vulnerabilidades presentes. Vulnerabilidades que não são apenas sociais e materiais, mas, agora, e pior ainda, vulnerabilidades institucionais.

Segurança Pública e Segurança Cidadã – dois caminhos distintos

Em novembro 2014, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou a oitava edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Eis algumas informações:

- *A cada 10 minutos, uma pessoa é assassinada no Brasil (53.646 em 2013);*
- *Nos últimos 5 anos 11.197 pessoas foram mortas por policiais no Brasil. Este número equivale o total de mortos por policiais nos Estados Unidos durante os últimos 30 anos;*
- *Nos mesmos 5 anos 1.770 policiais foram vitimados;*
- *Foram registrados 50.320 estupros no país em 2013 que, seguindo estimativos de subnotificação, provavelmente representa em torno de 140.000;*
- *O número de pessoas encarceradas no país já atingiu 574.207 dos quais 40% são aguardando julgamento;*
- *Da população encarcerada, 61,7% é negro e 54,8% é jovem;*
- *Dos jovens cumprindo medidas socioeducativas, apenas 11% são por crimes contra à vida;*
- *No estudo feito pela Escola de Direito da FGV para o anuário, somente 35% dos entrevistados acionaram a polícia quando foram vítimas e destes 62% foram insatisfeitos com o serviço prestado;*

- *Em termos de confiança institucional, um pouco mais de 50% acreditam que juízes e policiais são na maioria honestos mas somente 32% declararam confiar no Poder Judiciário, 33% na Polícia e 48% no Ministério Público.*

A principal conclusão dessas informações, talvez, foi anunciada na introdução do Anuário:

“Não vivemos mais apenas uma epidemia de violência, mas nos acostumamos com um quadro perverso que impede que o país se desenvolva e reduza suas desigualdades”.

Com tantas pessoas sendo mortas, incluindo policiais, com tantas pessoas na prisão aguardando os processos, com tantos atos de violência sexual e com níveis tão baixos de confiança institucional é difícil falar ou até arguir que coletivamente estamos “seguros”. O resultado, o “quadro perverso” é a retórica que sustenta o uso da violência contra a violência. Importante registrar que há exemplos e experiências inovadoras e muito bem-sucedidas de segurança coletiva em diferentes partes do país. Suficiente para poder dizer que alternativas são possíveis. Mas, infelizmente, são pontos de luz que são facilmente apagados pela retórica da violência contra violência. É esta retórica que recomendam ao emprego do exército contra a própria população, que leva aos argumentos a favor da redução da maioria penal, que fortalecem a disciplina rígida e militarizada da hierarquia policial, espalhando intolerância por todo lugar. No final da década de 1990, e no início do século XXI, tivemos exemplos positivos de policiamento de base comunitária entre eles no distrito do Jardim Ângela, mas hoje em dia, em muitos lugares a presença da polícia nos territórios vulneráveis é visto com apreensão e medo pelos diferentes grupos de base local, especialmente, pelos jovens.

Da Segurança do Estado para a Segurança Cidadã

Há, simplificando, duas noções antagônicas em circulação sobre segurança. A primeira começa com a proteção do estado e a segunda começa com a proteção humana ou, se preferir, com a proteção cidadã. Perguntamos em cada caso – quem, e por que, proteger – veremos que as respostas são muito diferentes. Discutir ser seguro como elemento chave da dignidade coletiva e cotidiana, implica entrar nas tensões e conflitos entre estas duas noções distintas.

A ideia da Segurança do Estado é produto da gradativa construção do Estado moderno com uma autonomia territorial que precisa ser protegida. Tratados de paz e de convivência geográfica regional constituem parte desta proteção, como também é a noção de defesa. O Estado precisa ser defendido contra seus inimigos que ameaçam a ordem sejam estes externos ou internos. De país para país, este processo de fortalecimento do Estado moderno aconteceu de maneira distinta. Por isso, às vezes, é tão difícil comparar dois países ou levar uma experiência exitosa de um país para outro. Por exemplo, há países onde há uma distinção explícita entre um exército e os serviços de inteligência que protegem o país “fronteira para fora”, e uma única polícia interna (preventiva e investigativa) cuja função está voltada à proteção dos cidadãos. Nesses países, militares somente são vistos internamente em momentos cerimoniais ou em caso de apoio durante situações de desastres. Há países onde há um forte controle da polícia local que é subordinado a um conselho eleito; em outros o próprio delegado de polícia é também eleito pela população.

Este não é o caso do Brasil. Aqui a segurança do Estado “para fora” e “para dentro” se sobrepõem tanto histórica quanto atualmente. A polícia militar era a polícia dos militares e a força pública Paulista lutou na Segunda Guerra Mundial. Sua sede foi o prédio na Av. Tiradentes, onde hoje se encontra a ROTA. Constitucionalmente, a polícia é subordinada ao exército em muitos aspectos e seu código de conduta interna é por todos os efeitos - militar. Quer dizer, no calor da batalha, cada um segue as ordens do seu superior. Qualquer ideia de atenção às demandas da sociedade civil e de subordinação à vida cívica e de servir o cidadão não faz parte da obediência verticalizada. Quando pessoas discutem a desmilitarização da polícia, não está em discussão o uniforme ou o nome, mas esta coluna dorsal de pensamento e disciplina militar, reforçados nas práticas diárias e nas aulas para formação de novos policiais. (Para ser justo, uma grande parte dos policiais operacionais que estão nas ruas e nas cabines das bases móveis, são também a favor da desmilitarização!).

No caminho contrário, se situa a discussão da segurança humana e como garantir que as nossas vidas diárias e coletivas estejam em segurança. Esta ideia foi defendida – porque estamos tratando de ideias e não verdades – pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela primeira vez em 1994 e está vinculada com a noção de “desenvolvimento humano sustentável”. Assim, segurança humana é a busca pela segurança fundada no fortalecimento das instituições democráticas e do Estado de Direito, proporcionando ao indivíduo condições adequadas para seu desenvolvimento pessoal, familiar e social. Citando o documento “Os Governos Locais e a Segurança Cidadã” publicado no Brasil com a chancela do PNUD e o

Governo Federal, a segurança é vista como um assunto “relacionado diretamente com o respeito à vida e à dignidade, que inclui a segurança econômica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política.” Visto do lado da segurança humana, a segurança cidadã se refere a uma ordem democrática concreta, que elimina as ameaças de violência e de vulnerabilidade na população, permitindo, desse modo, uma convivência segura e pacífica.

A diferença entre as duas posições, a da segurança do estado e a da segurança cidadã, tem implicações sérias para todos nós que de uma maneira ou outra estamos ativos no campo da ação pública seja como lideranças, técnicos, membros de grupos de trabalho, participantes em conselhos ou simplesmente cidadãos. A segurança cidadã é uma questão e uma responsabilidade coletiva que exige o difícil trabalho de assumir a importância da conectividade e da qualidade das instituições. Ela exige também um repensar urgente das práticas, responsabilidades e controle na área de segurança pública, tornando-a esta não algo separado e desvinculado da sociedade, mas parte de uma noção de sustentabilidade maior.